

“A PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE VIDA, AS QUESTÕES RELIGIOSAS E DE ETNICIDADE SÃO **VARIÁVEIS** COM MENOR GRAU EXPLICATIVO PARA O PROBLEMA DE **CABO-DELGADO**”



o O docente universitário, Arcenio Francisco Cuco diz que é preciso se questionar se essas são variáveis fundamentais para responder o que motiva a violência em Cabo-Delgado;

o A variável com maior grau explicativo está sendo encoberta por variáveis de menor grau explicativo;

o Quanto maior for a presença do Estado nas comunidades maior vai ser a possibilidade de as pessoas se reverem no Estado;

Leia entre as págs 08 a 11

Pub



**OFERECEMOS CURSOS
BÁSICOS DE
INGLÊS, FRANCÊS
E ITALIANO
INSCREVA-TE JÁ**



FORTALEZA DE S. SEBASTIÁ(CECROI) FCSH



84 7933030 - 86 9222945 - 84 0721012



Centro de Estudos Culturais e Religiosos - CECROI/FCSH/UniLurio

Edificado na cidade de Macuthi

ILHÉUS DIVERGEM SOBRE A MELHOR FORMA DE PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO

•UNILÚRIO DEVERÁ PROPOR ACÇÕES CONCRETAS PARA MELHORAR A PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO EDIFICADO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE



Casa de Macuthi

Cidadãos residentes na cidade de Macuthi, na Ilha de Moçambique divergem opiniões em relação a melhor forma de conservação e salvaguarda das casas cobertas de folhas de coqueiro, vulgarmente conhecido por macuthi (um material de construção tradicional, constituído por tiras de folhas de coqueiro espalmadas).

A cidade de Macuthi é uma das principais atracções turísticas e representa uma marca cultural da Ilha de Moçambique, mas devido à alteração da arquitectura das suas moradias, está em riscos de desaparecer. Com o passar de tempo, os moradores desta zona da ilha estão a deixar de cobrir as suas casas com folhas de coqueiro, a favor das chapas de zinco, alegadamente devido à escassez de coqueiros, que se faz sentir nos últimos tempos por causa do ama-

relecimento do coqueiro, doença que, de há uns tempos a esta parte vem afectando a cultura.

Para perceber melhor esta situação, o boletim OMacuthi decidiu ouvir cidadãos que residem naquela cidade, alguns dos quais há mais de 50 anos. Eles divergem opiniões, uns estão a favor desta mudança, mas outros são conservadores e acham que não há uma outra alternativa ao macuthi, que não seja o próprio macuthi. Alguns ainda sugerem um outro tipo de palhas, que segundo eles, pode substituir o macuthi e manter a beleza arquitectónica da cidade de Macuthi.

A Ilha de Moçambique está dividida em duas partes: uma denominada cidade de Macuthi, com cerca de 1.200 casas, de construção precária, cobertas com folhas de coqueiro (macuthi). Aqui

vive a maior parte da população. A outra constituída por cerca de 400 casas, a chamada cidade de Pedra e Cal. Nesta, localizam-se as residências oficiais, serviços governamentais, unidades hoteleiras e de restauro, entre outras infra-estruturas sociais e económicas.

“Eu disse aos meus filhos que só podem mudar a estrutura da minha casa quando eu morrer. Eu nasci e me acostumei a viver numa casa de macuthi”, começou por afirmar, Fefe Andigg Loy, um dos residentes da cidade de Macuthi há mais de 50 anos. Ele prosseguiu, “a desatenção das autoridades governamentais do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM) e dos Serviços Urbanos do Conselho Autárquico da Ilha de Moçambique, sobre tudo, no processo de fiscalização”, faz com que cada um que lhe apeteça mudar a estrutura da sua moradia, faça sem



Fefe Andigg Loy

Créditos: Cefo Assimilado

Cont. pág.3

Ficha técnica:

O Macuthi
Boletim Informativo da FCSH

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Lúrio

Ilha de Moçambique | Rua: Pedro Álvares | Bairro: Museu | E-mail: rpcifcsh@unilurio.ac.mz|+258 878300752

Director: Wilson Profírio Nicaquela | **Editor:** Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Revisão:** Nildo Eugenio Diogo |

Redação: Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Fotografias:** Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Maquetização:** Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Distribuição:** Electrónica



Cassimo Abdul Remane

constrangimentos. “Hoje cada um que quer fazer casa e/ou trocar macuthi por chapas de zinco, consegue fazer sem problemas. Até pode ocupar um espaço público. É por falta de fiscalização que nós, vemos muitas modificações, alguma das quais a mudar a estética e beleza natural desta zona”, disse alertando que “ neste preciso momento, temos poucas casas de macuthi. Na minha zona, apenas quatro casas estão cobertas de macuthi. Uma delas é a minha que conservo muito bem”.

Cassimo Abdul Remane, também é natural da Ilha de Moçambique. Diferentemente do nosso primeiro entrevistado, este preferiu mudar a estrutura da sua casa, cobrindo actualmente com chapas de zinco.

Para além da escassez de coqueiros que se faz sentir nos últimos tempos, devido ao amarelecimento do coqueiro, o nosso entrevistado diz que ultimamente o pouco macuthi que chega a Ilha de Moçambique é comercializado a preços altos, comparativamente a chapas de zinco.

A Ilha de Moçambique compra folhas de coqueiro no Posto Administrativo de Lunga no vizinho distrito de Mossuril. O produto é comercializado a 25,00 meticais um molho de quatro macuthis, o que pode chegar a custar entre 50 a 60 mil meticais a cobertura de uma casa típica da cidade de Macuthi, que em princípios deve ser renovada de dois em dois anos. “Preferi resolver o problema uma vez para sempre, cobrindo a minha casa com as chapas de zinco”, disse.

“A seguir à declaração da Ilha de Moçambique ao Património Mundial, há sensivelmente 20 anos, a UNESCO, quis ajudar-nos na conservação das nossas casas com macuthi através de um projecto. Porém, apesar de muito falado, o projecto não passou do papel, e anos depois a

população foi se debatendo com o problema de falta deste material, associado à falta de recursos financeiros para ir renovando a cobertura, o que acabou mudando uma boa parte de casas, que hoje passaram a ser cobertas de chapas de zinco”, conta Remane.

A fonte, admite que a fiscalização por parte do governo, também facilita essas mudanças de arquitectura das moradias, não só na cidade de Macuthi, como também na cidade de pedra e cal. “Se for a buscar livros dos anos 60 e 70, vai verificar por exemplo que a Pousada de Moçambique, actual Hotel Muhipiti, sofreu muitas alterações, mas ninguém fala disso. Quando é um pacato cidadão a operar alterações a uma casa particular é sujeito a várias intervenções governamentais. É desta forma que a Ilha vai se modificando no geral”. Para este, a chapa de zinco é a melhor alternativa ao escasso macuthi. “Costumo dizer que a melhoria solução para a preservação do Macuthi, seria escolher um dos bairros da cidade, de preferência onde actualmente continuam a existir casas cobertas de macuthi. Nessa zona, seriam construídas mais casas do género e serviriam de referência para que os mais novos conhecem o passado da Ilha”

Fefe Andigg Loy, diz que a alternativa ao macuthi devia ser um material orgânico e não zinco. Alerta que a cidade de Macuti, a Ilha de Moçambique em geral, corre o risco de perder a beleza, caso as autoridades governamentais não tomem medidas urgentes para salvaguardar a identidade que a caracteriza.

Com a escassez de folhas de palmeira (macuthi), Fefe diz que há uma espécie de capim, também conhecida por pelehi e nthauakala que “podiam muito bem servir de refúgio na cobertura das nossas casas, mas isso carece de consensos”. “Este material é de baixa renda. Vemos na parte continental e do interior da Ilha de Moçambique, muitas ca-



Naghi Mussa



Momade Osumane

“sas cobertas por este tipo de material” disse, explicando que as chapas de zinco estão a modificar a estrutura e a beleza da cidade de Macuthi”. Aliás, ele não tem dúvidas que caso medidas governamentais não sejam tomadas para travar a onda de alteração das estruturas das moradias no Macuthi, daqui a mais 5 e/ou 6 anos, “o macuthi pode mudar para alvenaria”.

Nagihe Mussa, um jovem natural e residente na cidade de Macuthi é de opinião que a melhor alternativa ao macuthi é o próprio macuthi, daí que segundo suas palavras, a forma de impedir a modificação de casas de macuthi para chapas de zinco, seria o governo local, conceber um programa que possa se encarregar em subsidiar coberturas das casas com aquele recurso, facto que devia ocorrer de dois em dois anos.

“Eu acho que a cobertura das casas de chapas de zinco na cidade de Macuthi é perigosa. A cidade de Macuthi contribuiu de forma efectiva para a elevação da Cidade da Ilha de Moçambique ao Património Mundial da Humanidade pela UNESCO” disse e continuou “ se as pessoas vêm hoje alterar aquilo que é a forma arquitectónica da Ilha de Moçambique, isto contribui negativamente na cultura e na história da nossa cidade”.

“Com o crescimento e o desenvolvimento, falar da conservação do bairro de Macuthi, torna-se difícil”, diz um Momade Osumane, um outro residente da Ilha de Moçambique que aceitou conversar com a nossa reportagem a propósito da temática. Ele diz que as modificações que estão a ocorrer, têm a ver com a falta de cultura de plantio de árvores. “Se as pessoas tivessem dado continuidade ao processo de plantio de coqueiros, eu acredito que teríamos material para cobrir as casas”.

A fonte diz que “se a conservação significa manter o que existe para não se perder a identidade cultural e histórica,

então, a melhor forma de conservar, seria manter o que existe tal como estava a quando da declaração da Ilha de Moçambique ao património mundial”, pese embora, segundo suas palavras, isso significa em algum momento incorrer a altos custos para a aquisição do pouco macuthi que continua a chegar na Ilha de Moçambique.

Na edição número 7, o boletim OMacuthi, publicou resultados de um estudo de um estudante da UNILÚRIO que propunha soluções para o problema de cobertura das casas de macuthi na Ilha de Moçambique. Infelizmente dois meses depois desse estudo, Armando Cuna, perdeu a vida. Entretanto, o estudo culminou com o desenho de um projecto que o seu autor apelidou de Parques Ecológicos Municipais e o Desenvolvimento Urbano Sustentável: Resolução do Problema da Cobertura das Casas de Macuthi na Ilha de Moçambique. Ele pretendia vender este projecto as autoridades municipais.

Ele propunha que as autoridades municipais da Ilha deveriam criar um pomar de coqueiros cujo objectivo principal seria o fornecimento de Macuthi para suprir a escassez deste material na cobertura das casas da Cidade de Macuthi e, subsidiariamente, aproveitar o fruto e o caule que o coqueiro fornece, para diversas finalidades.

Na fase inicial de implantação do projecto, ele propunha que se fizesse aquilo que chamou no projecto de Inventário do património edificado de macuthi para determinar, “ a estimação da quantidade anual de macuthi necessária a ser fornecida àquele bairro para a cobertura de todas as casas que, felizmente, devido a escassez de mais espaço, não têm como aumentar de número; delimitação de uma área na parte continental da Ilha, para o plantio de um coqueiral com plantas suficientes para cobrir a totalidade daquelas casas e potenciando o pressuposto de que, para o bem de todos nós, na Ilha de Moçambique nada pode ser deixado ao sabor do acaso (estamos a falar dum Património Mundial da Humanidade)”.

“ESTAMOS PREOCUPADOS COM A SITUAÇÃO”

O Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM) diz estar a acompanhar com muita preocupação a situação de alteração da estrutura das casas cobertas de macuthi para chapas de zinco, modificando a estrutura inicial daquelas residências que fizeram parte do dossier da declaração pela UNESCO da Ilha de Moçambique, como Património Mundial da Humanidade em 1991.

“É preocupante estas alterações” disse, a Técnica de Gestão de Ambiente junto ao GACIM, Luísa Almeida, realçando que a sua instituição não tem o poder decisório de gestão do solo urbano, pois esta competência é da inteira responsabilidade do Conselho Autárquico.

“O nosso papel é de aconselhamento. O que nós fazemos é dar parecer a todos os projectos de reabilitação e ou construção que nos é apresentado. Mas temos que assumir que há fraquezas na fiscalização”, disse a técnica Luísa Almeida.



Luísa Almeida Técnica do GACIM,

Ficamos a saber que aquela instituição vocacionada na conservação da Ilha de Moçambique, tem estado a desencadear diversas actividades educativas, envolvendo os residentes não só, da cidade de Macuthi, como também da cidade de Pedra e Cal, sobre a necessidade de preservação e salvaguardo do património edificado.

Paralelamente às actividades educativas, no ano passado o GACIM formou um total de 42 pessoas sobre a gestão e conservação do património. As pessoas capacitadas têm o papel de fiscalizar e denunciar qualquer tipo de actividade relacionada à alteração do património na Ilha de Moçambique.

Luísa Almeida disse que devido a gravidade da situação de modificação das casas, que não só se caracteriza pela cobertura com o recurso às chapas de zinco, como também na alteração do formato das casas, a sua instituição, está a desenhar um projecto que deverá em breve submeter ao Fundo do Património Mundial Africano. O referido projecto visa subsidiar o restauro de sete casas de macuthi de forma a garantir a manutenção da autenticidade e Integridade do seu valor patrimonial.

UNILÚRIO DEVERÁ PROPOR ACÇÕES CONCRETAS PARA MELHORAR A PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO EDIFICADO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

A Universidade Lúrio, UniLúrio, através das faculdades de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) e de Arquitectura e Planeamento Físico (FAPF) deverá até Dezembro do ano em curso, propor acções concretas para melhorar a preservação e salvaguarda do património edificado na Ilha de Moçambique, particularmente na cidade de Macuthi.

Para o efeito, diversas actividades estão a ser planeadas pelas duas faculdades, no âmbito da terceira fase do Cluster

da Cooperação Portuguesa na Ilha de Moçambique. O Cluster da Cooperação Portuguesa é um projecto que tem por objectivo apoiar o governo da República de Moçambique para o desenvolvimento integrado da Ilha de Moçambique e da região continental adjacente, no alinhamento com as prioridades do Estado moçambicano definidas no Programa Quinquenal do Governo da República de Moçambique (PQG) - Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP).

Entre as actividades que a UniLúrio deverá executar no âmbito deste projecto, o destaque vai para a realização de um estudo demográfico da população da cidade de Macuthi, com objectivo de caracterizar a população, e perceber quais são as suas aspirações e disposições. Este estudo deverá igualmente determinar se a população deverá continuar na ilha ou migrar para a zona continental e obter melhores condições de saneamento, com vista a melhorar a qualidade de vida. Para além deste estudo encarregue a FCSH, a Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, deverá realizar um estudo tipológico habitacional, bem como das técnicas de construção alternativa. Um outro estudo será de materiais e soluções construtivas e duradouras.

Com estas acções, espera-se contribuir para o desenvolvimento das intervenções nos domínios da preservação e reabilitação do património, gestão e ordenamento territorial e urbanístico, formação profissional, ensino pré-escolar e sua ligação ao ensino primário na região, apoio à sociedade civil, artes e ofícios e empreendedorismo.

Daí que constam das actividades igualmente, a prevenção de riscos por colapso de edifícios, o desenvolvimento da base de dados da Ilha de Moçambique relativa ao património existente com a recolha e tratamento da informação existente, acções cívicas de bairros para o melhoramento de espaços públicos. Esta última actividade, prevê envolver associações juvenis, grupos culturais, escolas e a população em geral.

Há previsão de acções formativas, como são os casos da capacitação de agentes de desenvolvimento e animadores sociais, promoção de acções de sensibilização de educação para o património, sensibilização das associações juvenis, grupos culturais recreativos, desportivos, sensibilização nas escolas aos professores e alunos.

Importa salientar que UniLúrio e Portugal, através do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. - assinaram em Dezembro último, um o Acordo de Parceria da 3ª fase do Cluster da Cooperação Portuguesa na Ilha de Moçambique, que deverá permitir o aprofundamento das actividades de carácter científico previstas para a componente de reabilitação do património cultural.

A assinatura foi representada pela Ex-Embaixadora de Portugal em Moçambique, Maria Amélia Paiva e Vice-Reitora

FCSH
FAZENDO A DIFERENÇA

CONSELHO DE FACULDADE REVÊ REGULAMENTO INTERNO DA FCSH



O Conselho de Faculdade da FCSH reunido em primeira sessão do ano, aprovou em princípios de Fevereiro corrente, a proposta de revisão do Regulamento e do Organograma da instituição.

O instrumento agora revisto foi aprovado pela primeira vez em 2017 e estabelece os princípios, normas de organização e funcionamento da Faculdade. O presidente do Conselho de Faculdade da FCSH, Wilson Nicaquela disse aos presentes durante a sessão que a revisão do Regulamento visava conferir maior dinamismo e melhor articulação entre os demais departamentos e repartições que compõe a faculdade. Deu como exemplo, que no regulamento revisto, os directores dos cursos subordinavam-se directamente ao Director Adjunto Pedagógico. Agora com as mudanças, esses passam a subordinar-se às chefes dos respectivos departamentos.

Para além do regulamento e respectivo organograma, o Conselho de Faculdade aprovou a Proposta dos Cursos de

Administração Pública e Governação, e de Desenvolvimento Local e Relações Internacionais, ambos no regime de pós-laboral. Estes cursos serão ministrados na modalidade semi-presencial, mediante o ensino híbrido e modular. No caso da Licenciatura em Administração Pública e Governação, o curso foi concebido de modo a que os candidatos sejam capazes de Identificar, analisar e reflectir sobre os problemas na sociedade actual; conceber políticas públicas em torno dos problemas sociais; elaborar planos e projectos estratégicos locais; planificar, organizar, executar e controlar tarefas relacionadas com expediente geral de um serviço público e autárquico; atender e informar o público interno e externo das instituições do Estado em língua portuguesa e estrangeira.

Efectuar a administração eficiente do património da instituição; planificar um orçamento a nível institucional; executar tarefas administrativas de apoio ao desenvolvimento e gestão de recursos humanos; dominar a administração das instituições públicas e privadas; conhecer os circuitos de comunicação e informação nas instituições públicas, bem como, emitir eficientemente documentos, contratos e outros do interesse da instituição.

A direcção da faculdade, aproveitando a realização da primeira sessão do Conselho de Faculdade, apresentou aos membros o Relatório do aproveitamento pedagógico da FCSH referente ao Primeiro Semestre 2020. De uma forma geral, o aproveitamento pedagógico foi descrito positivo, não obstante as dificuldades apresentadas inerentes à paralisação das aulas presenciais, aulas online devido a declaração do estado de emergência em Março de 2020.

Os documentos aprovados nesta sessão deverão ser submetidos nos próximos dias para a apreciação e aprovação do Conselho Universitário da Universidade Lúrio.

PROFESSOR DA FCSH REFLECTE SOBRE PUBLICIDADE TURÍSTICO-HOTELEIRA



Nildo Diogo

Professor da FCSH

O Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio, Nildo Diogo, acaba de divulgar um estudo sobre Publicidade Turístico-Hoteleira. Intitulado “Análise da textualização publicitária turístico-hoteleira em Moçambique: descrevendo os mecanismos de construção argumentativa”, o artigo foi publicado na Revista (Indexada) de Estudos de Discurso (REDIS) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O artigo apresenta uma abordagem ao

Cont. pág.7

PROFESSOR DA FCSH REFLECTE SOBRE PUBLICIDADE TURÍSTICO-HOTELEIRA

Turismo e Hotelaria aplicada às Ciências da Linguagem.

De acordo com o autor, este estudo surge “da minha experiência de leccionação nas disciplinas de Técnicas de Informação em Turismo e Turismo no Espaço Rural, o que me levou a refletir sobre como o turismo é comunicado e publicitado em Moçambique, olhando para a perspetiva do discurso publicitário. Portanto, é um artigo que se insere num conjunto de trabalhos sobre esta temática, que tenho estado a desenvolver no âmbito do Doutoramento em Ciências da Linguagem”.

A pesquisa descreve e analisa os mecanismos linguístico-discursivos por de trás da publicidade turístico-hoteleira em Moçambique. O estudo analisa *posts* (publicações) de páginas Facebook de estâncias turístico-hoteleiras moçambicanas, com vista a chamar à atenção sobre os elementos linguístico-discursivos que implicam na produção de conteúdos publicitários. A pesquisa conclui que, mesmo que de

forma inconsciente, a publicidade turístico-hoteleira em Moçambique recorre a categorias linguísticas importantes, que reforçam a persuasão no discurso publicitário turístico-hoteleiro.

Refira-se que Nildo Diogo é professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio, que lecciona de entre várias, as disciplinas de Técnicas de Expressão e Comunicação I e II, e Métodos e Técnicas de Pesquisa.



Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas

FCSH

FAZENDO A DIFERENÇA

MAIS UM ARTIGO DO DIRECTOR DA FCSH É PUBLICADO EM UMA REVISTA INDEXADA

Depois de em Janeiro último, o par Wilson Nicaquela da Universidade Lúrio- FCSH, Wilson Nicaquela e Adelino Assane da UniRuvuma terem visto seu artigo intitulado “A supervisão pedagógica e a formação contínua: mitos e percepções por meio de narrativas dos professores do Distrito de Monapo”, publicado numa revista de categoria A1, eis que agora a revista Argumentos, uma publicação electrónica do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Carlos-Brasil, pública outro, artigo de autoria do mesmo par intitulado, “A formação de professores primários em Moçambique: que modelo a adotar?”

A partir de uma questão problemática: Que modelo adoptar na formação de professores do ensino primário (básico) em Moçambique? O artigo procura discutir várias alternativas que o País experienciou ao longo do tempo, desde a época colonial, passando pelo pós-colonialismo, até ao estágio actual. O objectivo do artigo era de analisar os diferentes modelos de formação de professores do ensino básico em Moçambique, para desencadear acções, visando responder a questão problemática levantada pelos autores no estudo.

Diferentemente do artigo de Janeiro de 2021, neste, os autores privilegiaram uma pesquisa bibliográfica e recorreram ao método de revisão integrativa da literatura. Com essa estratégia, procuram fundamentar os devires dos processos formativos de professores, destinados ao ensino básico em Moçambique.

Como conclusão, os autores dizem ter entendido que, o processo de formação de professores primários em Moçambique

sofre de mudanças cíclicas numa tentativa de responder à necessidade de formar professores de qualidade, capazes de administrar um ensino, igualmente de qualidade. Com efeito, a concepção de um modelo consistente e capaz de satisfazer esse desejo, afigura-se ainda uma utopia, daí que sugerem a capitalização da formação contínua nas escolas sem finalidade de certificação como a base para o desenvolvimento das práticas educativas dos professores já em exercício.

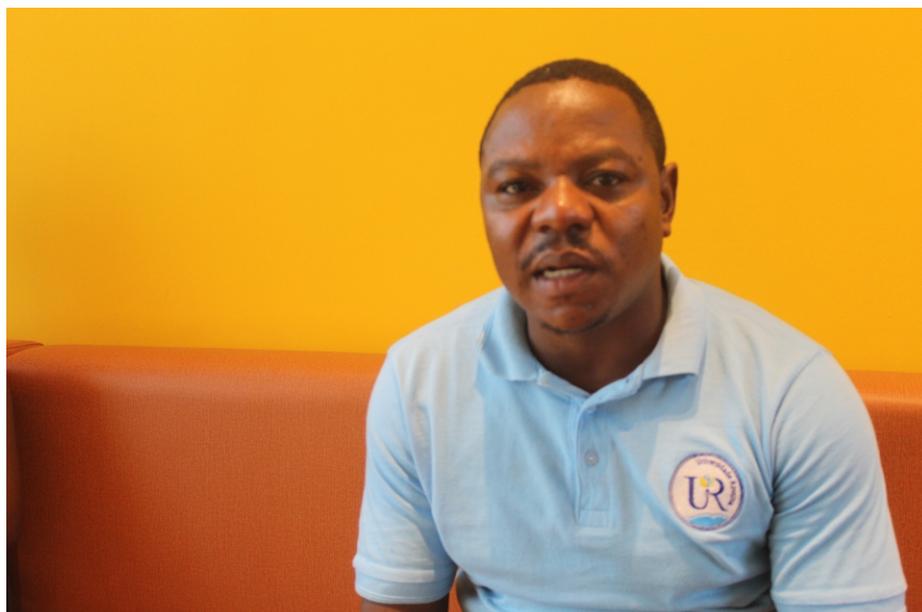


Wilson Nicaquela

Director da FCSH

“A PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE VIDA, AS QUESTÕES RELIGIOSAS E DE ETNICIDADE SÃO VARIÁVEIS COM MENOR GRAU EXPLICATIVO PARA O PROBLEMA DE CABO-DELGADO”

– Considera o docente universitário, Arcenio Francisco Cuco



Créditos: Faizal Raimo

Prof. Doutor Arcenio Francisco Cuco docente universitário

O docente universitário, Professor Doutor, Arcenio Francisco Cuco diz que é necessário que o Estado moçambicano reforce a sua presença ao nível das comunidades por formas a que as populações, principalmente das zonas onde há pouca presença do Estado, se revejam nas políticas do Estado. Para ele, “quanto maior for a presença do Estado nas comunidades, maior vai ser a possibilidade de as pessoas se reverem no Estado”. Numa entrevista que concedeu ao OMacuth, Arcenio Cuco analisa a violência extrema que se vive em Cabo-Delgado e o primeiro ano de implementação da lei sobre a descentralização.

Cuco disse que os motivos apresentados por diversos estudos sobre o conflito de Cabo-Delgado são de menor grau explicativo sobre problema e encobre a escrutinação de um motivo com maior grau explicativo.

Sobre a descentralização, nesta entrevista conduzida por Faizal Raimo, Cuco, considera que as pessoas que criticaram o processo de eleição dos governadores e da criação da figura do Secretário de Estado com bastantes poderes, pese embora com bons argumentos, não entenderam que “qualquer processo nasce com certas imperfeições”. Segundo ele, o tempo se encarrega de corrigir essas imperfeições.

O docente que pesquisa sistemas e processos democráticos, conflitos, violência, crimes e sociedades diz que com o tempo a figura de Secretário de Estado da Província, que tinha um grande destaque, agora está a perder o destaque a favor do Governador Provincial que começa a ter o poder. E diz que esse processo não deve acontecer de forma despercebida, mas sim através de leis e/ou decretos específicos. Diz ele, que

o facto de as eleições de governadores provinciais terem sido ganhas por único partido em todas províncias, propicia um clima para que haja uma revisão do processo, antes de 2024 e desencoraja a eleição do administrador distrital.

Arcenio Francisco Cuco é Doutor em Ciências Políticas, consultor independente e membro de várias associações académicas em Moçambique e no Brasil.

OMacuthi (OM): Moçambique fez recentemente a revisão pontual da Constituição da República, para entre vários objectivos, acomodar o processo de eleição de governadores provinciais. Este ano completamos um ano dessa experiência de descentralização. Como docente que estuda a descentralização, que avaliação faz um ano depois da implementação deste processo?

Arcenio Francisco Cuco (AFC): É interessante a pergunta que me colocas, porque eu venho analisando este processo desde o começo. Uma das coisas que me chamava atenção, é justamente a forma crítica com que a descentralização era analisada. Acho isso muito importante porque na verdade a análise crítica, permite entender o processo em si e sobre quem recai a responsabilidade de tomar decisões sobre mudanças necessárias, tomar decisões melhores. O processo de descentralização em si, ele é necessário porque precisamos dar poder as pessoas no sentido de tomar decisões sobre as suas próprias vidas, tendo em conta as necessidades do local onde as pessoas estão presentes. O que estava a passar de forma despercebida por parte das pessoas que analisavam este processo

tem a ver com o facto de não entender que qualquer processo nasce com certos defeitos. É o tempo que se encarrega de corrigir. Tendo esse processo de descentralização como novo, também estaria fadado a ter uma série de imperfeições que o tempo por si só se encarrega de corrigir. Nós vimos logo no início que a figura de Secretário de Estado da Província tinha um grande destaque, mas agora estamos a perceber que os governadores provinciais começaram a ter poder. Então isso significa que as críticas que foram sendo feitas estão contribuindo de alguma forma para aperfeiçoar o processo em si. É um processo embrionário, ele é necessário. É certo que críticas ao processo não faltariam.

OM: Na sua percepção, quais foram os maiores defeitos desse processo?

AFC: Eu penso que o grande problema que esteve em causa foi justamente o facto de a figura de Secretário de Estado da Província ter sido a que mais esteve evidente, quando na verdade a figura que devia estar em destaque é aquela que foi eleita pela população e apresentou um projecto de intervenção para a província. O processo mostrou que a dado momento foi-se dando destaque a quem não foi eleito, mas nomeado pelo PR. É só imaginar um país em que o Presidente da República, que apresenta um projecto para governação do Estado, perde todos poderes para uma figura fictícia que é constituída à margem do processo em si. Seria problemático. Penso que é fundamental, neste momento, o destaque que se começa a dar à figura que foi eleita pelo sufrágio universal.

OM: Tendo em atenção que em 2024 teremos a eleição dos administradores distritais, quais são as lições aprendidas que não se deviam repetir?

AFC: Penso que é ainda muito prematuro a gente correr para a eleição de administradores, enquanto não tivermos lapidado este processo de eleição dos governadores provinciais. Essa discussão de quem deve prevalecer entre o Secretário de Estado e o Governador da província, porque corremos o risco de entrarmos num outro problema sério, sem que tenhamos solucionado esses problemas primários que vieram deste processo. A eleição do Administrador distrital, para mim, sinceramente falando, podemos deixar para 2040 por aí. Neste momento, não estamos em condições. Veja só: ainda não fica claro qual é o papel do Presidente do Conselho Autárquico? As pessoas dentro das autarquias não assimilaram quem na verdade é responsável de quê. Qual é o papel de um governador no seu território? Qual é o papel de um Presidente do Conselho Autárquico na área da sua jurisdição? Será que quem votou essas entidades sabe qual é a sua função? Para mim ainda precisamos

tempo que permita que os moçambicanos assimilem este pacote de descentralização.

OM: Prof., o que se deve fazer concretamente para que a consolidação seja efectiva?

AFC: Tem que ficar claro, quem prevalece entre o Governador da Província e o Secretário de Estado da Província, através de lei, regulamentos e/ou decreto. Quem tem maior responsabilidade na província? Isto é fundamental neste momento. Depois há um processo que eu digo que deve vir à posterior, que é tentarmos educar civicamente as pessoas sobre como se deve assimilar essa nova transformação política que está acontecendo no país. Isso tudo ~~isso~~ demanda seu tempo. Embarcar para as eleições distritais seria problemático porque ainda temos esta batata quente que ainda precisa de ser arrefecida.

OM: O Professor diz que nenhum processo nasce sem problemas?

AFC: Sim. O tempo é que se encarrega de aperfeiçoar. Veja que aconteceu uma coisa importantíssima na minha óptica, neste momento, que merece ser destacada. É o facto de todas as províncias terem sido ganhas por um único partido. Isso permite na minha óptica, criar-se condições necessárias para se rever o



Créditos: Faizal Raimo

Prof. Doutor Arcenio Francisco Cuco



Créditos: Faizal Raimo

“ A eleição do Administrador distrital, para mim, sinceramente falando, podemos deixar para 2040 por aí”

processo em si. Onde está a acontecer a confusão? Está a acontecer entre governantes do mesmo partido, o que significa que neste momento há um papel fundamental que pode ser tomado pelo partido em si que é de iniciativa de uma lei que permite a inversão desse cenário. O que estamos a assistir neste momento, de repente, estamos a notar que o governador está a ter importância numa província, isso não se pode dar em surdina. Deve ser acompanhado por instrumentos legais que redefinem quem na verdade tem papel fundamental na província.

OM: Desde 2017, a Província de Cabo-Delgado, outrora calma, passou a registar constantes conflitos, que passaram para um extremo muito violento. Na sua percepção, quais os prováveis motivos desse conflito?

AFC: Essa é a grande pergunta que nos devemos colocar. Há uma série de respostas que nos têm sido oferecidos por vários estudos sobre o caso de Cabo-Delgado, desde a questão da precariedade de vida, passando por questões religiosas e de lutas étnicas. Eu não sei se neste momento são variáveis que nos ajudam a responder a pergunta: que motivos levam ao conflito que estamos a viver hoje? Eu penso que são variáveis com menor grau explicativo do problema de Cabo-Delgado.

Primeiro, se nós estamos a falar de questões de precariedade, você vai perceber que a precariedade de vida em Moçambique é uma coisa estrutural. Não é por acaso, mesmo com assassinato de jovens no Parque do Limpopo, as pessoas nunca deixam de caçar furtivamente rinocerontes ou elefantes. Hoje jovens talentosos das uni-

versidades, facilmente também abandonam as universidades para trabalhar em grandes organizações nacionais e internacionais porque são facilmente aliciados por grandes valores monetários. A precariedade é estrutural e não escolhe níveis académicos. Eu penso que a justificar a questão de Cabo-Delgado com problemas de precariedade de vida, talvez não seja neste momento uma resposta mais válida. Podemos olhar como uma condição que pode permitir que situações daquelas acontecem através desse aliciamento de que me refiro, porque há muito dinheiro envolvido nessas coisas. Um outro ponto fundamental tem a ver com a questão religiosa. O nosso país não tem histórico de guerras movidas por questões religiosas. Este é um ponto fundamental que também, podemos colocar. Mas o terceiro seria a questão de etnicidade. Não há ao longo destes 45 anos da independência de Moçambique, guerras movidas por questões étnicas. Então é preciso que a gente pare e se questione se essas são variáveis fundamentais para responder o que motiva a violência que está a acontecer em Cabo-Delgado. Repare que não estou a dizer que estas variáveis devem ser descartadas. Estas variáveis constituem condição para ocultar a variável com maior grau explicativo do caso Cabo-Delgado, que ainda está oculto. A variável com maior grau explicativo está sendo encoberta por estas variáveis que eu disse têm menor grau explicativo.

OM: Professor, como entender essa variável com maior grau explicativo?

AFC: Na minha óptica, para entendermos o que está a

acontecer em Cabo-Delgado, é necessário que paremos e busquemos outras variáveis que nos permitam compreender a situação em si. Por exemplo: quantos países com condições similares as de Moçambique vivem ou viveram com o *bum* dos recursos? Nós sabemos que existem países africanos como a Nigéria, Somália, RDC, que têm condições semelhantes e que vivem instabilidade como a que Moçambique está a viver. Aí a pergunta seria de saber se essa semelhança de Moçambique com estes países explicaria a violência que se assiste em Cabo-Delgado.

Segundo, é preciso tentar-se perceber se o facto de Moçambique se ter tornado um espaço rico em Recursos Minerais e Energéticos não estaria a suscitar nos grandes produtores uma concorrência, ou seja, sendo Moçambique um novo Global Player no campo de Recursos Minerais e Energético, porque é que as grandes potências não poderiam criar condições para que Moçambique não evolua facilmente nesse campo?

O outro elemento fundamental que não pode ser descartado tem a ver com o facto de esse *bum* ter, também, sido acompanhado por uma grande migração de pessoas de vários cantos do mundo, maior parte, dono da exploração ilegal de recursos minerais em Moçambique. Como vimos, a partir de um dado momento, o Estado começou a fazer concessões das minas a grande corporações internacionais. Por que é que nós não podemos pensar que essa situação, também pode ter criado um desconforto ao ponto de, esse grupo de explorador ilegal de minerais criar situações que estão a acontecer em Cabo-Delgado? É preciso entender que esse tipo de ligadas à exploração ilegal recursos naturais, também deve ser conhecedor dos meandros do tráfico de armamentos que pode ser usado para financiar situações como estas. São perguntas que nos devemos colocar, fora das variáveis em debate em Moçambique, pois também podem nos ajudar a chegar na variável que melhor grau explica o problema de Cabo-Delgado.

OM: Professor, a existir um problema não seria apenas um?

AFC: Não seria um. Seriam vários problemas, porque mesmo a variável religião, também pode ser fundamentada. Você tem que perceber que os grandes produtores de petróleo estão na zona de Médio Oriente, onde o islão está fortemente presente. A história mostra que as grandes potências internacionais ao longo do tempo foram instrumentalizando o islão, principalmente nos campos ricos em petróleo para criar situações como estas que vivemos em Cabo-Delgado. O ponto agora é entender em que medida todas estas variáveis influenciam a violência que se vive naquele ponto do país.

Mas também, não dá para dizermos que nós os moçambicanos somos incólumes perante esta situação. Severino Ngoenha, escreve no seu livro Lomuku, que *não há feiticeiro que entra na sua casa sem que haja alguém da*

tua casa abra a porta. Então, seria necessário também entendermos as nossas falhas, como Estado, que nos podem ter criado condições para que a violência encontre elementos para brotar. Por exemplo, pode ser que ao longo do tempo não tenhamos conseguido construir uma estrutura que permita que parte dos moçambicanos se reveja no Estado que tem.

OM: Prof., quais são as prováveis soluções deste conflito?

AFC: Eu penso que é um pouco difícil vaticinar soluções para o problema em si. Podemos dizer que a presença do Estado deve ser sentida em todas partes do país e que os moçambicanos sintam que tiram alguma vantagem dessa presença do Estado. Ou seja, quanto maior for a presença do Estado nas comunidades, maior vai ser a possibilidade de as pessoas se reverem no Estado. O que nós queremos é que as populações, principalmente das zonas onde há pouca presença do Estado, se revejam nas políticas do Estado. Mas isso demanda muita coisa. Os processos devem ser claros. Por exemplo: as medidas contra a covid 19, se tivessem acompanhadas por algumas políticas sociais que reduzam o sofrimento de quem tem que ficar em casa por 30 dias sem poder trabalhar, penso que poderiam surtir os efeitos desejados. As coisas feitas desta forma penso que trariam certas vantagens para os governantes, uma delas que é que, afinal de conta o Estado se preocupa com o seu povo. No entanto, a presença do Estado é só sentida pela repressão. Quando a polícia violenta pessoas, quando a polícia leva pessoas para as celas, carrega bebidas alcoólicas de pessoas nas barracas. Então tudo revela uma inversão dos procedimentos. A presença do Estado seria no sentido de ajudar as populações que vivem em situação precária, oferecendo uma cesta básica, por exemplo. Ela não pode ser sentida pela repressão. As pessoas devem se rever no estado. O estado deve lutar no sentido de voltar a merecer confiança das populações porque o que se assiste agora são conflitos que se transformam naquilo que nós vimos agora em Maputo, daqueles jovens que foram presos por porem em causa a imagem do Chefe do Estado. O país precisa encontrar caminhos para crescer e não caminhos que levem a violência constante.



Prof. Doutor Arcenio Francisco Cuco

Destas casas emerge o nosso boletim



Leia e divulgue

O Macuthi
Boletim Informativo da FCSH

Feliz aniversário, colegas!

Joana Junior

Durante o mês de Fevereiro de 2021, três colaboradores da FCSH comemoraram os seus aniversários, nomeadamente: Assane Patrício Assane, Realito Adamugy Ussene Momade e Sílvia Mepula. Esperamos que o ano 2021 seja o melhor das suas

vidas, e que o sucesso faça sempre parte dos seus dias. Para nós, os colaboradores é um orgulho partilhar os nossos dias de trabalho convosco, e esperamos que assim seja por muitos e bons anos.

Cont. pág. 13

“O QUE ME MARCOU FOI A RESPONSABILIDADE DE FORMAR O HOMEM DO FUTURO”



Créditos: Faizal Raimo

Assane Patrício Assane nasceu aos 06 de Fevereiro de 1976 na cidade de Pemba. Na FCSH onde trabalha desde

2020 é docente de História de Moçambique e História Contemporânea II nos cursos de Turismo e Hotelaria e Desenvolvimento Local e Relações Internacionais.

O aniversariante diz que “o que me marcou do lado profissional foi a responsabilidade de ser professor e formar o homem do futuro. E do lado pessoal foi a nova experiência que estou tendo e ganhando nova família e amigos dentro da instituição”. O Dr. Assane considera que na FCSH, o ambiente de trabalho é saudável. “Apenas requer um esforço, saber lidar com todos os desafios possíveis e também precisamos de saber ser e estar”, disse, apelando a união, coesão e humildade “para que juntos façamos soar o nome da FCSH num bom sentido e harmonia”. Assane Patrício Assane, é igualmente chefe da Repartição de Património na FCSH.

“A VIDA É FEITA DE DESAFIOS”



Créditos: Faizal Raimo

Sílvia Mepula nasceu na Cidade de

Nampula aos 11 de Fevereiro de 1992. Trabalha na FCSH desde 2019, é chefe da Repartição de Recursos Humanos. Ela diz que trabalhar na FCSH é uma maravilha, porque o ambiente de trabalho é extraordinário “mais do que colegas encontrei uma família, equipa bem motivada e pronta para encarar os desafios enfrentados dia após dia. Uma equipa que mesmo com algumas dificuldades nunca perdeu o foco”. A Dra. Silvia diz que de entre as coisas que lhe marcaram ao nível profissional, foram os desafios encontrados, uma vez que este foi o seu primeiro emprego na função pública e na área em que foi formada (Recursos Humanos). Conta que na sua chegada à FCSH “trabalhei em duas áreas distintas: Financeira e Recursos Humanos, que logo a primeira achei que não fosse conseguir por falta de experiência, daí pensei o seguinte: a vida é feita de desafios. Graças a Deus, com vontade e dedicação consegui desempenhar as actividades com sucesso durante 1 ano”.

“SENTI-ME SEMPRE ACOLHIDO”

Realito Adamugy Ussene Momade, natural de Nampula, distrito de Nampula, nasceu aos 08 de Fevereiro de 1990. É docente a tempo inteiro de disciplina de Língua Inglesa III e IV, leccionando em ambos os cursos: Turismo e Hotelaria e Desenvolvimento Local e Relações Internacionais. Ingressou na FCSH em 2019. Neste percurso, conta a fonte “dentre muitas coisas que tomaria em consideração, o que mais marcou a minha vida pessoal e profissional foi o acolhimento por parte dos colegas mais experientes, pois, sempre se mostraram disponível para me apoiar em qualquer questão que eu não tivesse domínio, e a boa convivência com aqueles que permitiram que o trabalho nos unisse, não apenas na instituição, mas também fora dela, apesar das nossas diferenças culturais. Portanto, senti-me sempre acolhido, isto é, a FCSH é uma família para mim”. Quanto ao ambiente de trabalho, Realito Momade, que também é chefe de Departamento dos serviços Académico e Documentação diz que a FCSH está sempre fazendo a diferença, pois, “a minha avaliação é positiva, graças aos instrumentos normativos que regem tudo quanto temos de fazer e fazemos, eles trazem uma espécie de código de conduta na instituição, pautando pelos princípios e valores da Faculdade”. A fonte diz que embora muita coisa esteja sendo feita, apela à dedicação de todos

por formas a tornar “uma glória nossa missão, enquanto a FCSH na Ilha de Moçambique e no mundo fora, e na mesma senda, empregue-mos o máximo esforço para o alcance da visão da Instituição. Nunca percamos de vista a Missão e Visão da Faculdade, para que digamos valeu a pena”.



Créditos: Faizal Raimo